



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141373 - CE (2021/0010292-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : ANTÔNIO ALVES DE ARAÚJO (PRESO)
ADVOGADOS : FRANCISCO MARCELO BRANDAO - CE004239
SÔNIA MARINA CHACON BRANDÃO - CE010728
BRUNO CHACON BRANDÃO - CE025257
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS
CORRÉU : FRANCISCO LUCAS JANUARIO DOS SANTOS
CORRÉU : FRANCISCA MARIANA DIAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTÔNIO ALVES DE ARAUJO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0638772-43.2020.8.06.0000).

O recorrente está preso preventivamente desde 03/11/2020, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV, do CP c/c art. 2º, §§ 2º, 3º e 4º, inciso I, da Lei nº 12.850/2013.

O recorrente sustenta que "A denúncia de fls. 156, não representa a verdade, são fatos levianos, grosseiros e de total irresponsabilidade, chamar o postulante de chefe de facção (Comando Vermelho), manter a liderança é falta de investigação e de responsabilidade. Afirma que o Juízo não era para ter recebido a denuncia de fls. 156, e sim determinado novas diligências, acareações, reconhecimento ou até mesmo ouvida de vizinhos, etc," (fl. 135).

Salienta ser desproporcional mantê-lo no cárcere em tempos de pandemia de covid-19, pois o paciente é uma pessoa idosa de 67 anos de idade, mora no bairro há mais de 40 anos em casa própria, nunca mandou matar ninguém.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que possa responder o processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Registre-se que, "segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais. A questão deve ser aferida segundo os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso.[...]" (HC n. 386.322/RN, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 8/5/2017).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o recorrente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte recorrente não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, também, porque o relator na origem expôs o seguinte :

Pleiteiam, ainda, os impetrantes, a concessão da prisão domiciliar ao paciente vez que o mesmo padeceria de câncer de próstata e não estaria recebendo o tratamento adequado no estabelecimento prisional onde está enclausurado. O artigo 318 do CPP, prevê em um rol taxativo as hipóteses em que o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar, in verbis:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Trata-se de tema submetido à prudente discricção do d.

Juízo, uma vez que relacionado à providência de cunho cautelar, e não um direito subjetivo do acusado, sendo indispensável que se demonstre por meio de prova idônea, e que em sede mandamental deve ser pré-constituída, de que o agente preenche os requisitos necessários para a concessão do benefício, nos termos do parágrafo único do artigo acima citado.

Analisando os autos, verifica-se que, embora tenha sido apresentado exame em relação a existência de comorbidade referenciada (fls. 69/78), não há qualquer demonstração de que o mesmo não possa continuar o tratamento na unidade prisional e nem que o estabelecimento não esteja adotando os protocolos de segurança e orientações técnicas indicados pelas autoridades sanitárias. O e. Superior Tribunal de Justiça, em julgamento recente de habeas corpus que pleiteava prisão domiciliar para paciente acometido de doença grave, reconheceu a excepcionalidade não evidenciada, ante a ausência de comprovação quanto à insuficiência ou inadequação da assistência médica no estabelecimento prisional. Veja-se:

(...) (fls. 120-121)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência